

BOLETIM 481

Brasília, 11 de dezembro de 2017

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Centrais reafirmam: se botar pra votar, o Brasil vai parar

As centrais sindicais se reuniram, nesta sexta-feira (08/12), para definir as diretrizes do calendário de ações para a jornada de lutas contra a "reforma" da Previdência.

Foi declarado estado de greve permanente, em todo o país, para derrubar a tentativa de votação do governo. "Iremos pressionar nossos deputados, ocupar o Congresso Nacional e pressionar as bases dos parlamentares. Não daremos descanso até que o governo perca todos os votos", avisou o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Estado de São Paulo - NCST/SP, Luiz Gonçalves "Luizinho".

A orientação, até a data da votação, é de panfletagem e mobilizações diárias para alertar a população das perversidades que a "reforma" da Previdência tenta impor na vida do povo brasileiro. Para os sindicatos e demais entidades, a recomendação é que promovam assembleias com todas as respectivas categorias representadas para aprovar "estado de greve" contra o desmonte do sistema previdenciário do país. "É preciso que as bases estejam preparadas para paralisação imediata, pois, se colocar pra votar, o Brasil vai parar!" Reafirmou Luizinho.



LEIA ABAIXO A NOTA OFICIAL DAS CENTRAIS SINDICAIS:

As centrais sindicais repudiam e denunciam como mentirosa e contrária aos interesses do povo brasileiro a campanha que o governo Michel Temer vem promovendo para aprovar a contrarreforma da Previdência.

A Proposta enviada pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional não tem o objetivo de combater privilégios, como sugere a propaganda oficial. Vai retirar direitos, dificultar o acesso e achatar o valor das aposentadorias e pensões dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, bem como abrir caminho para a privatização do sistema previdenciário, o que contempla interesses alheios aos do nosso povo e atende, sobretudo, aos banqueiros.

Quem de fato goza de privilégios neste país são os banqueiros e os grandes capitalistas, que devem mais de 1 trilhão de reais ao INSS, não pagam e, pior, não são punidos.

Os atuais ocupantes do Palácio do Planalto servem a essas classes dominantes. Tanto é verdade que o governo já havia desistido de aprovar a sua contrarreforma neste ano. Voltou



atrás por pressão do chamado “mercado”, ou seja, do empresariado e seus porta-vozes na mídia.

A fixação da idade mínima para aposentadoria aos 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, assim como outras alterações nas regras da Previdência pública, vão prejudicar milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

A contrarreforma do governo é inaceitável para a classe trabalhadora e as centrais sindicais; e tem custado caro aos cofres públicos. Por esta razão é rejeitada pela maioria dos brasileiros e brasileiras.

É falsa a ideia de que existe déficit da Previdência. Para melhorar as contas públicas, é preciso cobrar mais impostos dos ricos, fazer com que os empresários paguem o que devem à Previdência, taxar as grandes fortunas, os dividendos e as remessas de lucros ao exterior.

A centrais reafirmam a posição unitária da classe trabalhadora e de todo movimento sindical contra a proposta do governo e convocam os sindicatos e o povo à mobilização total para derrotá-la.

Calendário de Luta e Mobilização

JORNADA DE LUTAS CONTRA O DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E EM DEFESA DOS DIREITOS

- Plenária do setor dos transportes segunda feira 11/12, às 15h, na sede do Sindicato dos Condutores de São Paulo, para organizar a paralisação quando (se) for votada a reforma;
- Pressão sobre os deputados em atividades públicas, aeroportos e no Congresso Nacional;

- Realização de plenárias, assembleias e reuniões com sindicatos para construir calendário de luta;
- Dia Nacional de Luta, em 13/12, contra a "reforma" da Previdência;
- Próxima reunião das centrais para o dia 14/12;
- Elaborar panfleto e organizar panfletagem esclarecendo sobre os riscos da "reforma" da Previdência para disputar narrativa com a grande imprensa;
- Fazer campanha nas redes sociais contra a "reforma" da Previdência;
- Construir mobilizações e atos com o movimento social, em conjunto com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Fonte: NCST/SP

Líder do governo quer votar dois turnos da reforma ainda neste ano

O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse nesta sexta-feira (8) que há disposição para votar o primeiro turno da reforma da Previdência (PEC 287/16) no dia 18 de dezembro. Segundo ele, a ideia é votar os dois turnos ainda neste ano para que o Senado examine a proposta na volta dos trabalhos do Congresso, em fevereiro.

“Quem pauta é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mas conversando com ele achamos

por bem ter o dia 18 como data”, disse Ribeiro, que está otimista com a possibilidade de acordo para aprovar a reforma. São necessários pelo menos 308 votos, nos dois turnos de votação, para aprová-la.

OPOSIÇÃO - O líder do PSB, deputado Júlio Delgado (MG), disse, porém, que um dos maiores problemas da reforma é o cálculo do benefício, que reduz os valores a serem recebidos. Para ele, a maioria dos deputados são contrários à aprovação da reforma da Previdência.

"Ela aumenta o tempo de contribuição para quem já vinha trabalhando e isso faz voltar o fator previdenciário que nós acabamos, só que mais severo do que o que existia anteriormente. Isso tudo aumenta a movimentação de deputados e deixa esse clima de disputa séria”, alertou.

Para o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), o governo está apenas manipulando a opinião pública com os prazos para a votação.

"O governo, na verdade, fragilizado do jeito que está, tem procurado manter esse debate na ordem do dia para criar uma cortina de fumaça. Enquanto está se debatendo a reforma da Previdência, o mercado fica nessa expectativa de que ela possa ser aprovada; o governo deixa de ter que responder a agenda da corrupção e da prestação de contas que boa parte da sua base tem que fazer perante o poder Judiciário”, avaliou.

ACORDO - O líder do governo, Aguinaldo Ribeiro, não descartou, entretanto, negociações para mudanças no texto, mas voltou a ressaltar que a reforma da Previdência proposta busca apenas acabar com os privilégios das aposentadorias precoces.

Fonte: Agência Câmara



Comissão promove debate sobre déficit da Previdência

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública nesta terça (12/12) para discutir o déficit da Previdência Social. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), autor do pedido de debate, disse que a ideia é esclarecer a população sobre os números.

"Vai ser uma oportunidade de colocar frente a frente, olho no olho, aqueles que afirmam que há déficit - que são o próprio ministro da Previdência, o ministro do Planejamento - e do outro lado os que afirmam que não há déficit, como o senador Paulo Paim (PT-RS), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, e ali ao centro, vamos dizer assim, o Tribunal de Contas com a auditoria que foi feita, a contabilidade pública. Porque a gente não pode ficar sendo refém de um debate em que existam duas verdades antagônicas. Alguém está mentindo", justificou.

Para Sávio, não é possível votar a reforma da Previdência sem ter a questão do déficit esclarecida.

Fonte: Agência Câmara



Justiça suspende demissões em universidade: 'Faceta obscura'

Decisão da Justiça do Trabalho fluminense suspendeu as demissões anunciadas pela universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. A instituição também deverá fornecer listas de trabalhadores dispensados ou prestes a ser demitidos, além da relação de profissionais que serão contratados. A Estácio fala em "ajuste" no custo hora/aula, que consistiria em demissão e posterior contratação de 1.200 professores já com "valores de mercado".

Desses, 400 seriam no estado do Rio. A medida é liminar e cabe recurso. É válida para as cidades do Rio, Itaguaí, Paracambi e Seropédica, base do sindicato.

"No momento atual, não há mais espaço para ingenuidade", disse em sua decisão a juíza Ana Larissa Lopes Caraciki, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região. "Por óbvio, a demanda (a universidade) tem por objetivo criar um exército de reserva de professores, de mão de obra qualificada, porém disposta a se sujeitar, de um ano para o outro (de um semestre letivo para o outro), a condições de trabalho inferiores e precárias, sendo certo que não há postos de trabalho imediato para sua realocação, seja pela época do ano, seja pela crise que assola o país, mas que parece não afetar a demandada."

Ela citou matéria veiculada recentemente na imprensa que aponta "sinais de recuperação" na Estácio. "Portanto, seu objetivo é apenas de aumento dos lucros, e não de manutenção dos postos de trabalho", conclui.

A juíza destaca ainda que, com a nova lei trabalhista (13.467), "com a evidente diminuição da força de atuação dos sindicatos", não haverá homologações e nem efetivo acompanhamento jurídico da situação dos demitidos. "Até que se recuperem da notícia do desemprego e busquem auxílio da entidade sindical (ou de advogados particulares), já poderão ter sido assediados e coagidos pela demandada para assinar contratos sob novas modalidades."

Para a juíza do TRT, apesar de divulgada publicamente, a dispensa "guarda uma faceta obscura, pois não se sabem quem são os efetivos atingidos, o que impede qualquer resistência".

Assim, segundo Ana Larissa, há vários interesses ameaçados pela conduta patronal: atuação sindical, proteção aos trabalhadores contra alteração contratual ilícita, expectativa de "milhares de alunos quanto à qualidade no ensino que lhes será fornecido" e da própria sociedade, "vítima indireta de mais uma medida de precarização do ensino superior do país".

Portanto, ela considerou legítimo o pedido do Sindicato dos Professores do Município de Rio de Janeiro e região, de divulgação das listas e termos de rescisão dos já dispensados e próximos de serem demitidos, e a relação dos contratados ou recontratados. E também é legítimo e "legalmente amparado" o pedido de suspensão das demissões, "pois há evidente perigo de dano pela prática do ato jurídico perfeito de extinção dos contratos de trabalho vigentes".

Em sua página na internet, a Estácio define assim a sua missão: "Integramos academia e gestão para oferecer uma educação transformadora ao maior número de pessoas, criando impacto positivo para a sociedade".

Fonte: Rede Brasil Atual



Dieese lança app “Negociando” para ajudar nas convenções e acordos

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o aplicativo "Negociando" está em desenvolvimento para ajudar os dirigentes sindicais nos processos de negociação coletiva.

Nessa versão, é possível fazer simulações para propostas de reposição de perdas salariais, bem como avaliar as propostas patronais.

Também são apresentados alguns elementos da conjuntura, com destaque para os que afetam o ambiente da negociação, como, por exemplo, a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor no dia 11 de novembro e trouxe consigo muitas dúvidas e preocupações ao movimento sindical e aos chamados "operadores do direito".

Gradativamente, ainda segundo o Dieese, o aplicativo incluirá informações sobre resultados das negociações, setores econômicos, setor público, greves, emprego e desemprego, inflação e outras.

As informações serão organizadas de modo a subsidiar tanto a preparação da campanha

salarial quanto a atuação na mesa, de forma direta, atualizada e sempre disponível.

Esse serviço é resultado de mais de 60 anos de experiência do Dieese em assessoria ao movimento sindical e em produção de informações de interesse de todos os trabalhadores. Mais informações, inclusive técnicas sobre a ferramenta, entrar em contato com o Dieese.

Fonte: Dieese

Comissão discute assédio sexual, moral e psicológico no ambiente de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai discutir nesta terça-feira (12), em audiência pública marcada para as 14h, o problema do assédio sexual, moral e psicológico em ambientes de trabalho.

Estão convidados, entre outros, representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), da Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo e da Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam).

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS